

MONITOR FISCAL

Janeiro/2017 (Dados de Novembro/2016)

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Desempenho Fiscal

Em novembro, a União registrou déficit primário de R\$ 40,0 bilhões. No ano, a União acumula um déficit de R\$ 96 bilhões, devendo chegar a R\$ 169,5 bilhões até dezembro, de acordo com o Poder Executivo. A meta anual será cumprida, mas resultado evidencia o desequilíbrio fiscal, objeto de controle da recém promulgada Emenda Constitucional 95, que institui o Novo Regime Fiscal.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

ESFERA	REALIZADO		LDO ORIGINAL	LDO ATUAL	
	EM NOVEMBRO	ATÉ NOVEMBRO	META DO ANO	META DO ANO	A REALIZAR
Sector Público Consolidado	-39,1	-85,1	30,6	-163,9	-78,8
União	-40,0	-96,0	24	-170,5	-74,5
Governo Central	-39,9	-95,2	24	-170,5	-75,3
Empresas Estatais	-0,1	-0,8	0	0	0,8
Estados e Municípios	0,8	10,9	6,6	6,6	-4,3

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

Até novembro de 2016, o resultado primário da União foi deficitário em R\$ 96,0 bilhões. No mês, o déficit foi de R\$ 40,0 bilhões. As projeções tanto do mercado quanto do Poder Executivo indicam que a meta de 2016 será cumprida. Contribuiu fortemente para que esse resultado não fosse mais negativo a arrecadação de tributos sobre a regularização tributária de ativos mantidos no exterior (RERCT) que rendeu, para a União, R\$ 35,3 bilhões, segundo a 5ª avaliação bimestral.

Isso mostra que as receitas não-recorrentes passaram a desempenhar papel decisivo na recuperação das finanças públicas e na formulação da política fiscal. Para 2017, o Poder Executivo já admite que, com crescimento econômico abaixo do esperado, o cumprimento da meta de déficit de R\$ 139,0 bilhões terá que contar novamente com receitas extras.

Foi promulgada, em 15 de dezembro, a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos. De acordo com o texto, o teto para 2017, primeiro ano de vigência da EC, será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo os restos a pagar), com a corre-

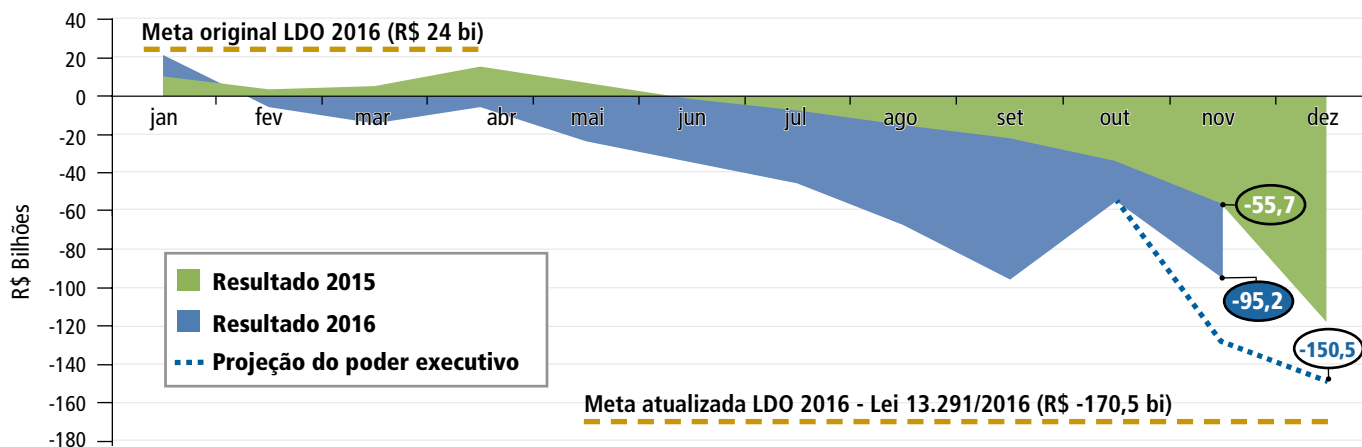
ção de 7,2%, a inflação prevista para este ano. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O regime vale para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Há, ainda, limites por órgão, como no caso dos limites individualizados para tribunais, Conselho Nacional de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União.

O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



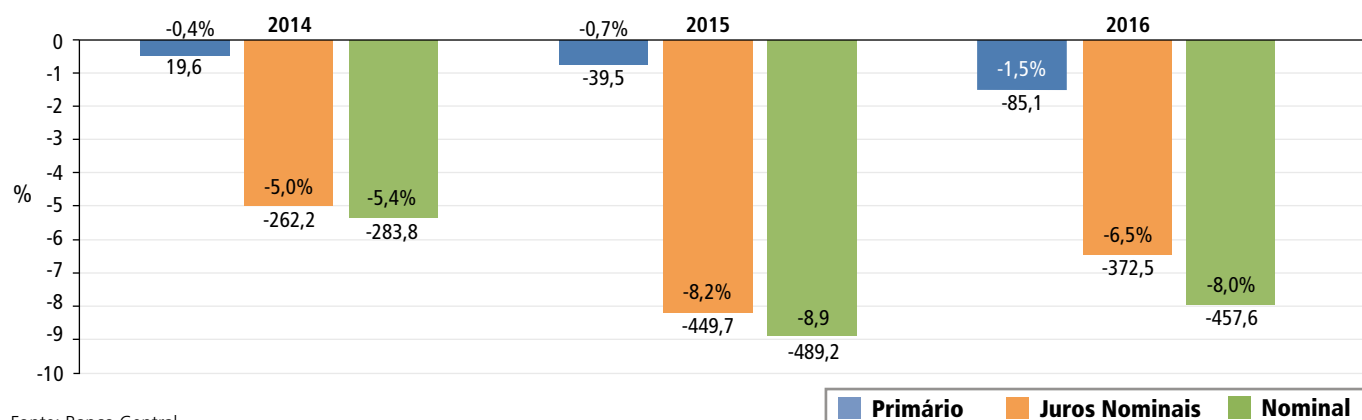
Fonte: Banco Central e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2016 (em relação à projeção de resultado primário para 2016).

Em novembro de 2016, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais – apresentou déficit primário de R\$ 39,9 bilhões, contra R\$ 21,7 bilhões no mesmo mês de 2015. Até novem-

bro, o governo central acumulou resultado deficitário de R\$ 95,2 bilhões (1,7% do PIB), contra déficit de R\$ 55,7 bilhões (1,0% do PIB) em 2015.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Nov (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

O resultado nominal do governo central até novembro de 2016 foi deficitário em R\$ 457,6 bilhões (8,0% do PIB). Em 2015, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 489,2 bilhões (8,9% do PIB).

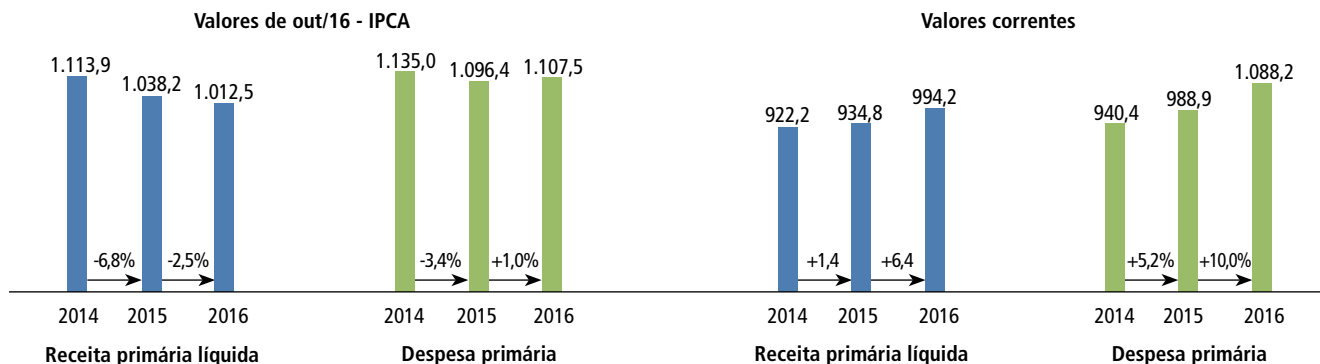
Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$ 41,3 bilhões em novembro, comparativamente a R\$ 36,2 bilhões em outubro. Contribuiu para essa elevação o resultado desfavorável nas operações de swap cambial no mês (perda de R\$ 3,9 bilhões), ante resultado favorável no mês anterior (ganho de R\$ 2,4 bilhões). No acumulado no ano, os juros nominais totalizaram R\$ 372,5 bilhões, comparativamente a R\$ 449,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Em doze meses, os juros nominais atingiram R\$ 424,6 bilhões (6,78% do PIB), elevando-se 0,25 p.p. do PIB em relação ao observado em outubro.

Em que pesem as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, tendo em vista o crescimento recente do estoque da dívida e o ainda elevado nível das taxas de juros. O relatório de mercado Focus, de 30/12/2016, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 6,38% em 2016, portanto, abaixo, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Nov (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 2,5% até novembro de 2016, frente ao mesmo período do ano anterior. A despesa primária, por sua vez, teve aumento real no mesmo período de 1,0%. A evolução da despesa total foi influenciada, em grande medida, pela nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções, da evolução dos pagamentos de Benefícios Previdenciários e do calendário de pagamento do abono salarial.

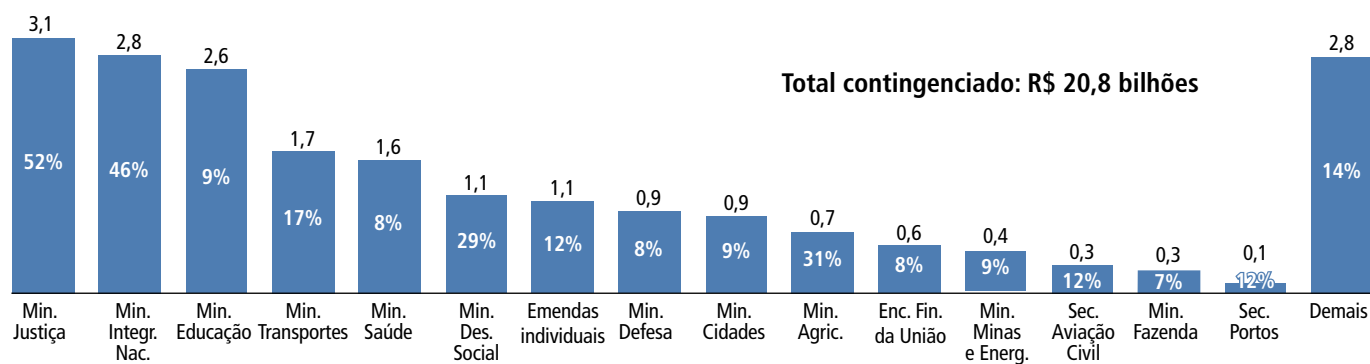
O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, tem sido fortemente impactado pela queda da atividade econômica e da massa salarial, tendo-se verificado

uma queda real de 2,5% até novembro de 2016, comparativamente ao mesmo período de 2015. Esse decréscimo decorre da diminuição de R\$ 14,7 bilhões (1,9%) na receita administrada pela RFB e da queda de R\$ 17,8 bilhões (5,3%) na arrecadação líquida para o RGPS, os quais são refletem o comportamento dos indicadores macroeconômicos.

Pelo lado da despesa, a evolução é explicada pela elevação dos Benefícios Previdenciários (R\$ 29,4 bilhões, 6,8%), os quais são parcialmente compensados pela redução das Despesas Discricionárias – Todos os Poderes (R\$ 11,9 bilhões, 4,7%), de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3,0 bilhões, 1,3%) e Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 3,3 bilhões, 1,9%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto nº 8.919/2016 e Siga Brasil. Obs.: O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 12% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,1 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,1 bilhões). Considerado este valor, não houve contingenciamento de emendas, pois o total de R\$ 8,1 bilhões foram liberados.

A avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre apontou crescimento da previsão anual de receitas primárias, principalmente em razão dos efeitos da Lei 13.254/2015, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT, conhecido como repatriação de ativos. Devido a essa lei, foram arrecadados R\$ 46,8 bilhões, sendo

que R\$ 6,2 bilhões já haviam sido incorporados em estimativas de receita anteriores. O restante, R\$ 40,6 bilhões, compensa frustrações de outras receitas, e resulta em ampliação da projeção de receita líquida de transferências em R\$ 17,9 bilhões.

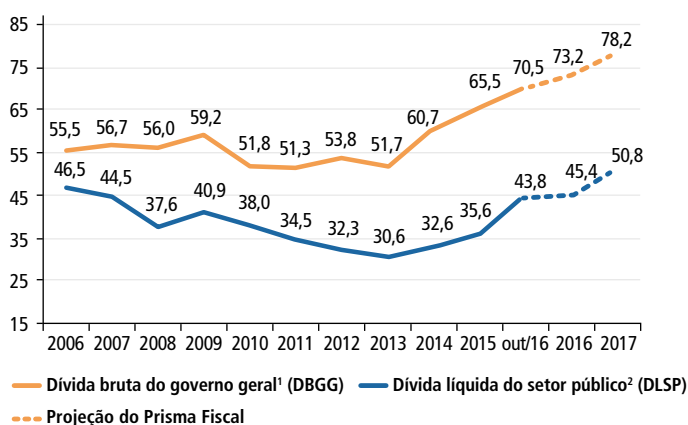
No tocante à projeção das despesas, houve uma redução no montante de despesas obrigatórias de R\$ 2,1 bilhões em relação ao bimestre anterior. As principais variações positivas foram observadas em Sentenças Judiciais (R\$ 4,4 bilhões) e Benefícios da Previdência (R\$ 2,4 bilhões), enquanto que as principais reduções ocorreram com o Abono e Seguro Desemprego (R\$ 3,5 bilhões) e Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ 4,2 bilhões).

O relatório indicou, como resultado das variações nas projeções de receitas e despesas, a possibilidade de ampliar o

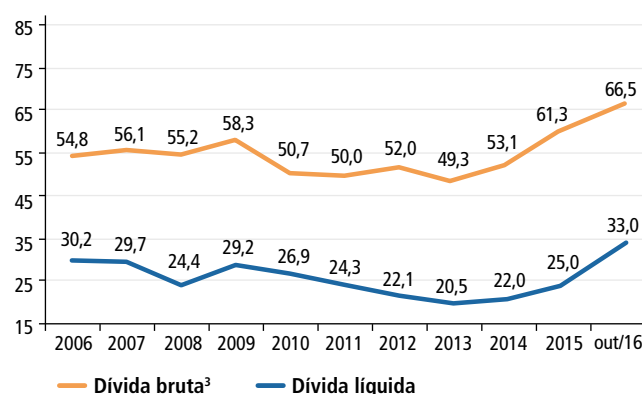
montante de despesas discricionárias dos três Poderes em R\$ 16,2 bilhões e, no caso do Poder Executivo, que os limites seriam destinados prioritariamente à redução do estoque de restos a pagar. O Decreto 8.919/2016, publicado após o relatório, aumentou em R\$ 8,3 bilhões os limites de movimentação e empenho de vários órgãos e em R\$ 17,2 bilhões os limites de pagamento e de restos a pagar, limite este que foi ampliado para R\$ 23,5 bilhões por meio do Decreto 8.941/2016, sem, contudo, publicação de novo anexo.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a out/2016



Governo Federal - 2006 a out/2016



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal (projeções para a DBGG) e Relatório Focus (projeções para a DLSP). 1. A DBGG abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A DLSP abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei nº 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral cresceu 5,0 p.p. até novembro de 2016 (ante dezembro de 2015) e atingiu 70,5% do PIB (R\$ 4,4 trilhões). O acréscimo no período foi influenciado pela elevação da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional e das operações compromissadas do Banco Central, que corresponderam, respectivamente, a 47,1% e 17,7% do PIB, em novembro, frente a 44,0% e 15,2% do PIB em dezembro de 2015.

O crescimento recente do endividamento público é consequência da deterioração do resultado primário e da persistência do impacto dos juros no resultado nominal, ainda que, neste último caso, tenha havido melhora em relação ao período de janeiro a novembro de 2015.

A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de dezembro, deve alcançar 73,2% do PIB ao final deste ano e 78,2% do PIB em 2017.

A dívida líquida do setor público também manteve trajetória ascendente no ano, com ritmo mais acentuado em relação ao período de 2013 a 2015, tendo atingido 43,8% do PIB (R\$ 2,7 trilhões). A ampliação de 8,2 p.p. até novembro de 2016 é explicada principalmente pelos efeitos dos juros nominais, da variação cambial de 13% no período e do resultado primário.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 5,2 p.p. até novembro e alcançou 66,5% do PIB (R\$ 4,2 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 8,0 p.p. no período (ante dezembro de 2015) e chegou a 33,0% do PIB (R\$ 2,1 trilhões). Dessa forma, mesmo com a recente alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (por força da Lei 13.291/2016), o montante da dívida líquida do governo federal já se encontra acima do previsto nessa lei para o final do exercício (R\$ 1,87 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados

Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal

Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia, Arthur Falcão Freire Kronenberger, Daniel Veloso Couri, Ingo Antonio Luger, Júlia Alves Marinho Rodrigues, Maria Emília Miranda Puraça, Paulo Roberto Simão Bijos

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal